

POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS

Euzivaldo Queiroz - 10/nov/98

Curso destaca cultura indígena

A valorização da própria língua é fundamental para a preservação da cultura indígena. Tendo como base este princípio, professores indígenas, técnicos de escolas onde estudam alunos índios e representantes de Organizações Não-Governamentais que defendem as causas indígenas estarão participando até hoje, no Centro de Treinamento Padre Anchieta (Cepan), do curso de políticas lingüísticas.

O professor de sociolingüística da Universidade Federal de Santa Catarina, Gilvan Müller de Oliveira, que ministra o curso e é mem-

**PROFESSOR
CATARINENSE
MINISTRA
AULAS SOBRE
O DIREITO
DE ENSINAR
A LINGUAGEM
DOS POVOS
MINORITÁRIOS**

bro do Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena, estará discutindo com os professores e técnicos a elaboração de uma política lingüística que venha fomentar o que está estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos, ou seja, a garantia

aos povos minoritários do direito à sua língua.

Antes da promulgação da Constituição Federal, de 1988, a política brasileira era de homogeneização lingüística, o que significa que as línguas indígenas e dos migrantes não eram permitidas nas escolas. Dois artigos da Constituição instituiu o direito ao uso das línguas indígenas nas escolas da rede pública. Esse direito foi reforçado com a Lei de Diretrizes e Bases na Educação (LDB).

No Amazonas existe, aproximadamente, 80 mil índios distribuídos em 63 etnias. São faladas em

torno de 54 línguas indígenas, o que representa um terço das línguas indígenas de todo o País. Ao longo dos anos, várias línguas indígenas foram extintas. No período de 1905 a 1957, 67 línguas foram extintas no País. Quando os portugueses chegaram ao Brasil havia 1,1 mil línguas indígenas.

Cada Estado, segundo o professor Gilvan, tem a responsabilidade de planejar suas políticas lingüísticas que serão desenvolvidas na rede escolar. Ele ressaltou a importância do programa de formação de professores indígenas (Projeto Pira-Yawara), da Seduc.

Cada Estado, segundo o professor Gilvan, tem a responsabilidade de planejar suas políticas lingüísticas que serão desenvolvidas na rede escolar. Ele ressaltou a importância do programa de formação de professores indígenas (Projeto Pira-Yawara), da Seduc.

Cada Estado, segundo o professor Gilvan, tem a responsabilidade de planejar suas políticas lingüísticas que serão desenvolvidas na rede escolar. Ele ressaltou a importância do programa de formação de professores indígenas (Projeto Pira-Yawara), da Seduc.



CONSCIENTIZAÇÃO

Técnicos aprendem como preservar o direito dos nativos

A cultura
15/10/09 C4
EDIR 0223